

JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO:	<u>23289.000298/2024-50</u>
REFERÊNCIA:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2025
FEITO:	RECURSO ADMINISTRATIVO – ITEM 29
TERMO:	DECISÓRIO

I. DAS PRELIMINARES

Recurso administrativo interposto pela empresa **KELLYN VIEIRA ME**, inscrita no CNPJ nº 48.340.933/0001-54, em face da aceitação da proposta apresentada pela empresa **UNITY INSTRUMENTOS DE TESTE E MEDIÇÃO** no item 29 do Pregão Eletrônico nº 90015/2025.

II. DAS FORMALIDADES LEGAIS À ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Verificada a legitimidade da parte recorrente, a tempestividade e a regularidade formal do recurso, este foi conhecido, com efeitos devolutivo e suspensivo.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A empresa **KELLYN VIEIRA ME** alega que o produto apresentado pela empresa declarada vencedora no item 29 **não atende integralmente às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência**, especialmente no que tange à **ausência da funcionalidade de medição de ORP (Potencial de Oxirredução)**, uma das características obrigatórias do equipamento solicitado.

Segundo a Recorrente, essa falha representa **descumprimento técnico substancial**, que compromete a versatilidade e a finalidade do uso do equipamento, destinado à análise laboratorial multiparâmetro. Alega ainda que a aceitação de produto com especificações inferiores viola os princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo e vinculação ao edital.

Requer, portanto:

- A **inabilitação da empresa UNITY INSTRUMENTOS DE TESTE E MEDIÇÃO** no item 29;
- A **reavaliação das propostas classificadas**, com observância estrita aos critérios técnicos previstos no Termo de Referência.

IV. DA ANÁLISE

Como pregoeira responsável pelo certame, determinei à área requisitante a análise técnica da documentação apresentada pela empresa **UNITY INSTRUMENTOS DE TESTE E MEDIÇÃO**, no que diz respeito ao item 29 do edital, que trata do fornecimento de medidor multiparâmetro tipo caneta, conforme especificações do Termo de Referência, que exige, de forma expressa: **CATMAT 477056 –**

MEDIDOR USO: determinação de pH, ORP, condutividade, TDS, salinidade; aplicação: análise ambiental; tipo: caneta; grau de proteção IP67, à prova d'água.

Após análise, a área técnica **confirmou a procedência da alegação** apresentada pela Recorrente, **afirmando que o produto ofertado pela empresa UNITY não realiza a medição de ORP**, uma das funções obrigatórias previstas no Termo de Referência. Tal ausência **compromete diretamente o atendimento ao objeto licitado**, tornando o produto apresentado tecnicamente incompatível com a contratação pretendida.

Nos termos do **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, que impõe a observância da **vinculação ao instrumento convocatório** e do **julgamento objetivo**, cabe à pregoeira garantir a plena conformidade das propostas com as exigências editalícias.

V. DECISÃO

O presente julgamento observa os princípios da **legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e julgamento objetivo**, conforme artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, que exige estrita observância às regras do edital e do Termo de Referência.

Ademais, destaca-se que, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, o pregoeiro possui competência para **anular ou revisar seus atos a qualquer tempo, de ofício ou por provocação, quando verificada ilegalidade ou desconformidade com o edital**, resguardados o contraditório e a ampla defesa.

Portanto, a revisão da aceitação da proposta aqui tratada não é uma faculdade, mas sim **um dever legal do pregoeiro para assegurar a lisura e a legalidade do certame**, protegendo o interesse público.

Considerando a análise técnica que confirmou o **não atendimento ao requisito essencial de medição de ORP**, previsto no Termo de Referência do item 29, **dou provimento ao recurso interposto pela empresa KELLYN VIEIRA ME, com a consequente desclassificação da empresa UNITY INSTRUMENTOS DE TESTE E MEDIÇÃO no referido item.**

Determino, conforme edital, que seja convocada a proposta subsequente classificada, para análise de conformidade técnica e possível adjudicação, respeitando os princípios da isonomia e da legalidade.

O teor completo do recurso ao PE 90015/2025 encontra-se disponível no site <https://www.ifs.edu.br/diretoria-licitacoes-e-contratos-proad/licitacoes-proad/pregoes.html?id=11856>.

Diante do efeito devolutivo, encaminham-se os autos, com as informações pertinentes à autoridade superior, para que sofra o duplo grau de julgamento, com o seu “De Acordo”, ou querendo, formular opinião própria.

Após a decisão da Autoridade Superior, publique-se.